

09/05/2016 - Vermelho

Presidente da Câmara anula votação do impeachment

O presidente interino da Câmara, deputado Waldir Maranhão (PP-MA), decidiu nesta segunda-feira (9) anular a votação do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, ocorrida no dia 17 de abril. A notícia está sendo divulgada pelos principais veículos de informação do país.

Waldir Maranhão acolheu pedido feito pelo advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, que apontava vícios no direito de ampla defesa e no processo, entre eles o fechamento de questão e as declarações de voto dos parlamentares antes da sessão.

"Acolhi as demais arguições, por entender que efetivamente ocorreram vícios que tornaram nula de pleno direito a sessão em questão. Não poderiam

os partidos políticos ter fechado questão ou firmado orientação para os que os parlamentares votassem de um modo ou de outro, uma vez que, no caso deveriam votar de acordo com as suas convicções pessoais e livremente. Não poderiam os senhores parlamentares antes da conclusão da cotação terem assuciado publicamente os seus votos, na medida em que izso caracteriza prejulgamento e clara ofensa ao amplo direito de defesa em que está consagrado na Constituição, Do mesmo modo, não poderia a defesa da Sra. Presidente da República ter deixado de falar por último no momento da votação, como acabou ocorrendo", disse o presidente interino da Câmara.

09/05/2016 - Vermelho

Flávio: Anulação de Waldir é mais consistente que o impeachment

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB) comentou por meio das redes sociais a decisão do deputado Waldir Maranhão de anular a votação do impeachment na Câmara dos Deputados. Segundo ele, juridicamente, a decisão tem mais fundamento do que os argumentos apresentados para tentar justificar o golpe.

"Natural que o deputado Waldir Maranhão, sendo do meu Estado, peça minha opinião sobre temas relevantes. Como eu peço a ele também. Juridica-



mente, a decisão do deputado Waldir Maranhão é centenas de vezes mais consistente do que o pedido do tal 'impeachment'", disse o governador.

"Questão substantiva e mais importante no debate: há justa causa e respeito ao devido processo legal no tal 'impeachment'? Claro que não", enfatizou Flávio Dino, reforçando que o processo

que a oposição chama de "impeachment" só serviu para "paralisar o país, fragilizar a imagem do Brasil no mundo e dividir a Nação".



Resumo de Notícias

06/02/2016 - Convergecom

Decreto do Marco Civil esvazia papel da Anatel e restringe acordos comerciais

O Ministério da Justiça, em conjunto com os ministérios das Comunicações, Cultura e Ciência, Tecnologia e Inovação finalizaram uma proposta de regulamentação do Marco Civil da Internet, que está agora pendente da publicação do decreto da presidenta Dilma Rousseff. Como havia antecipado este noticiário, a proposta esvazia o papel da Anatel na regulação da relação entre provedores de conteúdos e de infraestrutura e detalha as exceções que podem ser entendidas como quebra da neutralidade. O decreto não deverá incluir restrições a planos com franquia de dados, como chegou a ser cogitado, mas trouxe um novo artigo colocando restrições que são entendidas pelo mercado como uma limitação a modelos de tráfego patrocinado e zero-rating, o que desagrade as empresas de telecomunicações e mesmo alguns provedores de conteúdos. A íntegra da proposta ser lida neste arquivo: [Minuta_Decreto_MCI](#).

As mudanças são significativas entre a versão que foi colocada em consulta pública e a que foi finalizada agora. A começar pelo escopo do decreto, expresso em sua ementa inicial. Se antes a proposta era para "tratar das exceções à neutralidade de rede e indicar procedimentos para a guarda de dados por provedores de conexão e de aplicações", agora o decreto é muito mais amplo e visa "tratar das hipóteses admitidas de discriminação de pacotes de dados na internet e de degradação de tráfego, indicar procedimentos para a guarda e proteção de dados por provedores de conexão e de aplicações, apontar medidas de transparência na requisição de dados cadastrais pela administração pública e estabelecer parâmetros para a fiscalização e apuração de infrações".

Serviços especializados

O artigo 2 da proposta de regulamentação explicitou algo que não estava claro na versão em consulta: o que são os "serviços especializados, sobre os quais o disposto no regulamento não se aplica. Agora fica entendido que serviços especializados são aqueles "serviços otimizados por sua qualidade assegurada de serviço, velocidade ou segurança, ainda que utili-

zem protocolos lógicos TCP/IP ou equivalentes, desde que: a) não configurem substituto à internet em seu caráter público e irrestrito; e b) sejam destinados a grupos específicos de usuários com controle estrito de admissão". Isso poderia envolver serviços corporativos, serviços de IPTV, serviços de vídeo-sob-demanda e aplicações dedicadas a escolas, saúde e outras, por exemplo.

Ofertas comerciais

A proposta final do regulamento continua tratando das "ofertas comerciais e modelos de cobrança de acesso", mas agora este parágrafo não é mais parte do artigo que trata da discriminação e degradação de tráfego em função de requisitos técnicos". Essa possibilidade foi movida para um artigo específico, o artigo 10, que prevê que "as ofertas comerciais e modelos de cobrança de acesso à internet devem preservar uma internet única, de natureza aberta, plural e diversa, compreendida como um meio para a promoção do desenvolvimento humano, econômico, social e cultural, contribuindo para a construção de uma sociedade inclusiva e não discriminatória".

Discriminação excepcional

Já a parte que trata da discriminação ou degradação de tráfego ganhou um caráter de excepcionalidade. "A discriminação ou degradação de tráfego são medidas excepcionais, na medida em que somente poderão decorrer de requisitos técnicos indispensáveis à prestação adequada de serviços e aplicações ou da priorização de serviços de emergência", diz o texto. Os requisitos técnicos indispensáveis apontados são questões de segurança de redes e situações excepcionais de congestionamento. Nesses casos, a fiscalização e apuração desses casos é feita pela Anatel, mas consideradas as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Gestor da Internet – CGI (como já estava na minuta colocada em consulta pública).

Leia mais em:

<http://convergecom.com.br/teletime/06/05/2016/decreto-do-marco-civil-esvazia-papel-da-anatel-e-restringe-acordos-comerciais/?noticiario=TT>



Resumo de Notícias

06/05/2016 - CUT

Apesar da crise, Gerdau lucra R\$ 14 mi no primeiro trimestre

Resultado é fruto da atuação dos trabalhadores e investimento da empresa contra a crise

A Gerdau obteve um lucro líquido de R\$ 14 milhões nos primeiros três meses deste ano e assim saiu do prejuízo registrado no último trimestre do ano passado, quando havia contabilizado um resultado líquido negativo ajustado de R\$ 41 milhões, desconsiderando os itens não-recorrentes. O balanço foi divulgado na quarta-feira (4) pela companhia.

“ A retomada do lucro, fruto do esforço e da dedicação dos trabalhadores, somado aos investimentos que vem sendo realizados no Brasil e na Argentina, comprovam que a empresa tem plenas condições de atender a pauta de reivindicações da campanha salarial”, afirmou o metalúrgico e presidente da CUT-RS, Claudir Nespolo.

“ Com toda a crise econômica, a Gerdau ainda assim tem lucro líquido. Deste resultado está descontado o valor de investimentos, máquinas novas que vão para o ativo da empresa, que assim se torna ainda mais rica. Se de fato os trabalhadores são importantes na obtenção deste lucro, a empresa pode sim atender a demanda dos metalúrgicos em sua pauta de reivindicações”, frisou o presidente da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do RS, Jairo Carneiro.

Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo e Região, Valmir Lodi, a retomada do lucro pela empresa é a prova de que a Gerdau tem condições de pagar o reajuste de 9,31% aprovado na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) de 2015 da categoria. “ A Gerdau tem que pagar o reajuste que nós conquistamos, a desculpa era a crise. Agora, esse argumento cai por terra”, disse o dirigente, que é trabalhador da Gerdau.

Valmir lembra também que a empresa integra a patronal na mesa de negociação. “ O nosso índice de reajuste não foi surpresa para eles, mas a postura da empresa propondo acordo com os trabalhadores e passando por cima da CCT foi uma surpresa para nós e toda a sociedade”, salientou.

Crescimento das exportações

Nos três primeiros meses de 2016, a receita líquida da Gerdau foi de R\$ 10,1 bilhões, uma redução de 3% em

relação ao mesmo período do ano anterior. De janeiro a março, destacaram-se a forte presença da empresa no mercado norte-americano, onde a receita líquida cresceu 12%, e o aumento de 72% das exportações a partir do Brasil, fatores que compensaram parcialmente o menor volume de vendas para o mercado interno brasileiro.

O presidente da Gerdau, André Gerdau Johannpeter, destacou que “ a sazonalidade tradicional do período na América do Norte e no Brasil, somada ao cenário de incerteza política nacional e da retração econômica vivenciada no país, marcaram o primeiro trimestre de 2016. Entendemos, porém, que o impacto causado pela soma desses fatores no referido período não representa uma tendência para o resultado do ano”.

A queda das vendas no mercado interno foi parcialmente compensada pelo crescimento de 72% das exportações a partir do País, as quais atingiram 526 mil toneladas. Essa evolução se deveu à identificação de oportunidades comerciais no mercado internacional e ao câmbio favorável.

As operações no Canadá, nos Estados Unidos e no México (não inclui usinas de aços especiais) comercializaram 1,5 milhão de toneladas nos primeiros três meses de 2016, 2% a mais do que no mesmo período do ano passado.

Investimentos alcançam R\$ 485 milhões

No primeiro trimestre, a Gerdau desembolsou R\$ 485 milhões para a realização de investimentos em ativo imobilizado (CAPEX). O novo laminador de chapas grossas, com capacidade anual de 1,1 milhão de toneladas, encontra-se em fase de testes operacionais na usina Ouro Branco (MG) e sua entrada em operação está prevista para julho de 2016.

Na Argentina, a construção da nova aciaria está em estágio avançado, sendo que 85% da obra foi concluída e todos os equipamentos já foram entregues pelos fornecedores. A capacidade instalada da nova planta, que entrará em operação no final de 2016, será de 650 mil toneladas por ano e deverá contribuir para a substituição de parte das importações de aço no país.



Resumo de Notícias

09/05/2016 - Telesíntese

Comitê gestor do consumidor tem regimento interno

O Comitê é composto por 10 integrantes.

O departamento de Proteção de Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça, publicou hoje, 9, o regimento interno do Comitê Gestor do Sistema Alternativo de Solução de Conflitos de Consumo Consumidor.gov.br. Este comitê será formado por dois representantes do Ministério da Justiça, quatro representantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor

e quatro representantes do setor produtivo.

Entre as ações, o comitê deverá agir sob o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor nas relações de consumo; promover a educação e informação de fornecedores e consumidores com vistas à melhoria do mercado de consumo; visar a promoção da transparência nas relações de consumo;

05/05/2016 - CUT

Ministério do Trabalho abre arquivos sobre a ditadura

Após pressão da CUT, decreto criou Comissão da Verdade para crimes contra sindicalistas

O Ministério do Trabalho e Previdência Social atendeu a uma reivindicação histórica da CUT e anunciou na última segunda-feira (2) a criação de uma comissão da verdade que vai investigar intervenções em sindicatos e prisões de sindicalistas entre 1946 e 1995, com destaque para o período da ditadura militar.

Uma portaria assinada pelo ministro Miguel Rosseto estabelece a abertura e organização de arquivos da pasta para pesquisa, após pressão da Central, por meio do Cedoc (Centro de Documentação da CUT) e do Centro de Referências Memórias Reveladas do Arquivo Nacional.

A medida que cobra o levantamento e o recolhimento da documentação do ministério consta na página 50 do relatório da Comissão da Verdade da Central e foi inserida no relatório final do Grupo de Trabalho Ditadura e Repressão aos Trabalhadores, Trabalhadoras e ao Movimento sindical.

Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos da CUT, Jandyra Uehara, aponta que o acesso aos arquivos é fundamental para comprovar a repressão sofrida pela classe trabalhadora.

"A portaria assinada pelo ministro Miguel Rosseto dá início à organização e ao tratamento dos arquivos do

Ministério do Trabalho, o que é fundamental para dar acesso e vida à importante documentação que mostram e comprovam as violências e violações sofridas pelas organizações sindicais nos vários períodos em que o estado de exceção tomou conta do país."

Para ela, o direito à verdade só ocorrerá, de fato, se houver acesso às informações e documentos para recontar e trazer à tona a história de resistência dos trabalhadores.

"Conhecer a verdade, os mecanismos utilizados para destruir e enfraquecer as organizações sindicais na história recente do nosso país é fundamental para fortalecer as lutas atuais no enfrentamento do golpe que está em curso no Brasil. E uma maneira de não aceitarmos, sob hipótese algum, que isso ocorra", falou Jandyra.

Comissão da Verdade - A Comissão Nacional da Verdade investigou durante dois anos os crimes ocorridos durante a ditadura militar (1964-1985) e entregou o relatório final em 2012. O conteúdo apontou que 536 sindicatos estiveram sob intervenção entre 1964 e 1970. O documento aponta que ao menos 114 trabalhadores foram assassinados oficialmente no país, sendo 35 sindicalistas.



Resumo de Notícias

09/05/2016 - CUT

Nota oficial da CUT sobre decisão do presidente da Câmara dos Deputados de barrar o golpe

CUT reafirma convocatória a todos os sindicatos, ramos, Estaduais e a todos aqueles que defendem a democracia. E é nas ruas que a gente vai impedir definitivamente este golpe



O presidente interino da Câmara dos Deputados, Waldir Maranhão (PP), anulou, nesta segunda-feira, 9, a sessão realizada entre os dias 15 e 17 de abril, que aprovou o processo de impeachment, o golpe, contra a presidenta Dilma Rousseff.

Para a CUT, além de ter ouvido, de fato, a voz das ruas, que protesta diariamente contra o golpe em curso no Brasil, Maranhão tomou uma decisão extremamente bem fundamentada. Ele listou a forma irregular e ilegal como o processo de impeachment foi conduzido e determinou que seja realizada uma nova votação.

Maranhão considerou que houve vício na votação e citou três deles em sua decisão:

- 1) os partidos políticos não poderiam ter fechado questão - os deputados tinham de votar de acordo com as suas convicções pessoais e livremente;
- 2) os deputados não poderiam anunciar publicamente os seus votos antes da conclusão

da votação;

3) o Regimento Interno da Câmara dos Deputados foi desconsiderado pelo ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, o líder do golpe.

A decisão de Maranhão demonstra que é correta a postura dos movimentos sociais de denunciar mundialmente que no Brasil não está acontecendo um processo de impeachment e, sim, um golpe contra a democracia e contra os direitos dos trabalhadores, um golpe forjado em uma Câmara dos Deputados presidida por um delinquente, segundo afirmou o procurador geral da República, Rodrigo Janot.

A pressão das ruas, dos trabalhadores, da juventude, dos artistas e dos juristas, no Brasil e no mundo todo, levou ao afastamento de Cunha da Câmara dos Deputados e a perda do controle do golpe que ele e o vice-presidente Michel Temer vêm arquitetando para tomar o poder e assumir a presidência da República sem terem conquistado um voto sequer.

Os golpistas vão tentar todos os tipos de recursos para derrubar a decisão de Maranhão. Isso torna o Dia Nacional de Paralisação, nesta terça-feira 10, essencial para a vida do Brasil e da classe trabalhadora. Reafirmamos a convocatória a todos os sindicatos, ramos, Estaduais e a todos aqueles que defendem a democracia. E é nas ruas que a gente vai impedir definitivamente este golpe contra o Brasil e contra a classe trabalhadora

Não vai ter golpe, vai ter rua!

Somos fortes, somos CUT!

São Paulo, 9 de maio de 2016.

Executiva Nacional da CUT